

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE BÁSICO PARA
ADOLESCENTES DE BAIXO PODER AQUISITIVO, DIANTE DAS NOVAS
EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO**

ANTONIO CARLOS MIRANDA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucila S. Arouca

Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação defendida por *Antonio Carlos
Miranda* e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura: _____

Orientadora

Comissão Julgadora:

2002

© by Antonio Carlos Miranda, 2002.

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos - CRB-8ª/5751

M672i **Miranda, Antonio Carlos.**
**A importância do ensino profissionalizante básico para adolescentes de
baixo poder aquisitivo, diante das exigências do mercado de trabalhos / Antonio
Carlos Miranda. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.**

Orientador : Lucila Schwantes Arouca.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Ensino profissional. 2. Tecnologia industrial. 3. Estatística educacional.
4. Adolescentes – Condições econômicas. I. Arouca, Lucila Schwantes. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

02-058-BFE

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE BÁSICO
PARA ADOLESCENTES DE BAIXO PODER AQUISITIVO,
DIANTE DAS NOVAS EXIGÊNCIAS
DO MERCADO DE TRABALHO**

ANTONIO CARLOS MIRANDA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucila S. Arouca

2002

Dedicatória

Aos meus amados filhos, Filippe e Lucas,
Que me ensinam todos os dias
O que é ser FELIZ.

A Eliana
Fonte de incentivo, dedicação e amor.

“Temos que ser a mudança
que desejamos para o mundo”
M. Gandhi

Agradecimentos

A Prof^a. Dr^a. *Lucila Schwantes Arouca*, minha orientadora;

Ao Prof. Dr. *Luiz Carlos de Freitas*, chefe do Laboratório de observações e estudos descritivos (LOED), Faculdade de Educação (FE), UNICAMP;

Aos *membros participantes* do LOED, FE, UNICAMP;

A *comissão julgadora*,

Pela convivência e a iniciação ao debate acadêmico.

A *Direção* da Escola Salesiana São José, Campinas, SP;

Aos *professores e alunos* do Centro Profissional Dom Bosco;

A *todos os amigos*,

Pela amizade, apoio e incentivo.

Aos meus pais, José Aparecido Miranda e Cenyra Romão Miranda em memória,

Pelo amor com que me criaram.

Lista de Abreviaturas

2D/3D	Duas ou três dimensões
AGV	Automatic Guided Vehicle (veículos teleguiados)
AL	Analogical Language
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAD	Computer Aided Design
CAE	Computer Aided Engineering
CAM	Computer Aided Manufacturing
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Controle Estatístico do Processo
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CLPs	Controladores Lógicos Programáveis
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e Adolescente
CN	Comando Numérico
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNC	Comando Numérico Computadorizado
CPDB	Centro Profissional Dom Bosco
DDT	Dia da Turma
DNC	Direct Numerical Control
EFETs	Escolas Técnicas Federais
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ES	Engenharia Simultânea
ESSJ	Escola Salesiana São José
ETEC	Escola Técnica de Eletrônica de Campinas
FAM	Fundo de Assistência ao Menor
FASTEC	Faculdade Salesiana de Tecnologia
FEAC	Federação das Entidades Assistenciais de Campinas

FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMS	Fieldbus Message Specificaton
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
INSS	Instituto Nacional Serviço Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MCT-PACTI	Ministério da Ciência e Tecnologia – Programa de apoio à capacitação tecnológica da indústria
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIT	Massachussets Institute of Tecnology
ONG	Organização Não Governamental
PCFP	Programa Comunitário de Formação Profissional
PDP	Processo de Desenvolvimento do Produto
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	População em Idade Ativa
PIPM	Programa de Iniciação Profissional do Menor
RIA	Robotic Industrial Association
RP	Rapid Prototyping
RT	Rapid Tooling
SADS	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
S.M.	Salário Mínimo
SDCD	Sistema Digital de Controle Distribuído
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences

SRI	Stanford Research Institute
VITAE	Fundação sem fins lucrativos, cuja mantenedora é a Fundação Lampadia, das empresas Hoschschild
VP	Virtual Prototyping

Resumo

Este estudo foi realizado no Centro Profissional Dom Bosco (CPDB) que profissionaliza adolescentes de 14 a 18 anos no nível de educação profissional básica nos cursos de mecânica industrial, eletricidade industrial e desenho de máquinas como forma de qualificação de mão de obra futura. Primeiramente, queríamos nos certificar de que a empregabilidade dos egressos era factível, e posteriormente, estimar os elementos que poderiam influenciar ou não a obtenção do emprego destes adolescentes, usando como instrumentos métodos estatísticos não paramétricos para cotejar os grupos que trabalham *versus* não trabalham. Em setembro do ano de 2000 foi enviado um questionário a todos os egressos de 1999 ($n= 124$), e aguardamos atingir 96 respostas, que corresponderia o tamanho da amostra. Os resultados obtidos foram 54 (56%) egressos trabalhando e 42 (44%) não estavam. As variáveis que influenciaram a obtenção do emprego foram: *Idade* ($P= 0,0002$) com uma maior freqüência de egressos com idade de 18 anos no grupo que trabalha; a *renda per capita* ($P= 0,03$) apresentando 0,85 s.m. per capita mensal no grupo que trabalha, nos dando a impressão que uma atividade remunerada era urgente; a variável *notas finais* ($P= 0,09$) indicando uma tendência no grupo que trabalha a ter um desempenho melhor no curso, com uma média final de 7,4; a variável *estudam atualmente* demonstrando que o grupo que não trabalha, 100% deles se dedicava quase que exclusivamente ao estudo. Além destas, a variável *ser profissionalizado* é mencionada em 82% dos casos, da mesma forma que a variável escolaridade em 70%, como fator preponderante para a efetivação do emprego. E ainda quando separamos por cursos, a variável *informática* é contemplada como um item de influência nos cursos de Eletricidade e Desenho. Já o grupo que não trabalha, somente os fatores *idade* ($P= 0,03$) e *falta de experiência* ($P= 0,09$) foram citados como influência para a condição de desemprego. Os resultados da pesquisa apenas reforçou, juntamente com a base teórica, que o ensino profissionalizante básico é factível para atender estes adolescentes e cumpre não só o objetivo de ajudá-los na obtenção do primeiro emprego, como mostra a importância deles terem atividades dirigidas (esporte, teatro, música, arte, entre outras) e que mesmo não tendo como alvo o emprego, os orienta na formação do cidadão.

Abstract

This study was performed in the Centro Profissional Dom Bosco (CPDB) that teaches courses of industrial mechanics, industrial electricity and drawing of machines in the level of basic professional education to teenagers between 14 to 18 years, as form of professional qualification to get a future job. At beginning, our goal was to be sure that these courses could give conditions to the adolescents to get a job, and after that, to discover the elements that could influence or not the obtaining of these adolescents' employment, using as tool non-parametric statistical methods to compare the groups (work *versus* don't work). In September 2000 it was sent a questionnaire to all students of 1999 ($n = 124$), and we waited to reach 96 answers, that it was the size of the determined sample. The results were 54 (56%) were working and 42 (44%) they were not. The variables that seemed to influence to get a job were: *age* ($P = 0,0002$) with a larger frequency of adolescents with 18 year-old in the group that works; *the per capita income* ($P = 0,03$) had 0,85 s.m. per capita monthly in the group that works, it gave us a impression that a paid activity was urgent; *the final notes* ($P = 0,09$) indicated a tendency to have a better performance in the course in the group that works, with an end average of 7,4; the variable *at the present time studies* demonstrated that the group that doesn't work, 100% of them were almost exclusively studying. Besides these, the variable to have a basic professional course it is mentioned in 82% of the cases, in the same way that the variable to be still student 70%, as an important factor for getting a job. When we analyzed courses isolate, the variable computer knowledge was contemplated as an influence item in the courses of Electricity and Drawing. Whereas the group that doesn't work, only the factors *age* ($P = 0,03$) and *lack of experience* ($P = 0,09$) were mentioned as influence for the unemployment condition. The results of the research and the theoretical base suggested that this kind of teaching is feasible to assist these teenagers. Besides that, this study showed how it is important to offer different activities to them (sports, theater, music, art, among other) to guide them in the citizen's formation.

Sumário

Capa	i
Dedicatória	iii
Agradecimentos	v
Lista de Abreviaturas	vii
Resumo	xi
Abstract	xiii
Sumário	xv
Sumário de tabelas	xvii
1. Introdução	1
1.1. Educação profissional básica	12
1.1.1. Características do sistema de seleção	17
1.1.2. Emprego, trabalho e educação profissional	18
1.2. O papel das instituições de formação profissional no Brasil	20
2. Objetivos	27
3. Casuística e Métodos	31
3.1. Casuística	33
3.1.1. Perfil do total de egressos diplomados no ano de 1999	35
3.2. Abordagem estatística	46
3.2.1. Métodos aplicados	48
3.2.1.1. Tamanho amostral	48
3.2.1.2. Estatística descritiva	48
3.2.1.3. Teste Mann-Whitney	49
3.2.1.4. Teste Chi-quadrado	49
3.2.2. Instrumentos da pesquisa qualitativa	49
3.2.3. Instrumentos da pesquisa quantitativa	50
4. Tecnologias	53
4.1. Aspectos da evolução técnica e social da máquina	55
4.2. Inovações tecnológicas	58
4.3. Manufatura integrada por computador	59
4.4. Robôs industriais	64

4.5. O processo industrial	67
4.6. Do controle centralizado ao distribuído	67
4.7. Automação industrial	69
4.8. As tecnologias dos protótipos	71
4.9. Tecnologias envolvidas no CPDB	74
5. Resultados	77
5.1. Resultados da pesquisa quantitativa	79
5.2. Resultados da pesquisa qualitativa	94
6. Discussão	99
7. Conclusões	115
8. Referências bibliográficas	119
9. Anexos	127
9.1. Questionários	129
9.2. Tabela de códigos (planilha)	136
9.3. Histórico do CPDB	139
9.4. Projeto político pedagógico do CPDB	149
9.5. Suporte empírico da pesquisa qualitativa	175

Sumário de Tabelas

Introdução

Tabela 1: Total de instituições por nível de educação profissional segundo dependência administrativa	23
---	----

Casística e Métodos

Tabela 1: Total de ingressantes <i>versus</i> censuras	34
Tabela 2: Curso <i>versus</i> período	35
Tabela 3: Sexo dos egressos de 1999	36
Tabela 4: Descrição estatística da renda familiar em s.m.	37
Tabela 5: Característica econômica	37
Tabela 6: Total de pessoas da casa <i>versus</i> renda familiar mensal em s.m.	38
Tabela 7: Idade ao ingresso no CPDB	40
Tabela 8: Procedência dos egressos	40
Tabela 9: Escolaridade ao concluir o curso profissional	41
Tabela 10: Defasagem escolar do egresso	42
Tabela 11: Renda per capita <i>versus</i> alunos assistidos pelas entidades	43
Tabela 12: Registro em carteira profissional do pai e da mãe dos egressos	44
Tabela 13: Profissão do pai – agrupada	44
Tabela 14: Profissão da mãe	46

Resultados

Tabela 1: Características dos egressos pesquisados	80
Tabela 2: Escolaridade dos egressos no ano de 2000	81
Tabela 3: Variáveis que demonstram as diferenças entre os grupos analisados .	81
Tabela 4: Fatores que poderiam ou não dificultar o acesso ao emprego	84
Tabela 5: Principal ramo de atividade dos egressos que trabalham	88
Tabela 6: Faixa salarial dos entrevistados empregados (n= 54)	88
Tabela 7: Renda per capita somente do grupo que trabalha	89
Tabela 8: Ganho atual <i>versus</i> renda per capita no período de estudos no CPDB.	89
Tabela 9: Índice dos fatores que influenciaram na obtenção do emprego	91
Tabela 10: Suposições dos egressos para o desemprego (n= 42)	93

Sumário de Figuras

Casística e métodos

Figura 1:	Distribuição da renda	39
-----------	-----------------------------	----

Resultados

Figura 1:	Distribuição das rendas entre os grupos	82
Figura 2:	Idade dos egressos no ano 2000	85
Figura 3:	Somente os que trabalham (na área de estudo <i>versus</i> fora da área) ...	86
Figura 4:	Tempo em meses dos egressos que se empregam	87

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu para verificar se os cursos de educação profissional básica¹ da Escola Salesiana São José mantenedora do Centro Profissional Dom Bosco (ESSJ/CPDB), se colocam adequados ou não às exigências do mercado de trabalho na região de Campinas. Visto que as grandes agências de formação deste nível de educação na região refazem suas políticas de ensino, seus currículos e se retiram gradativamente deste nível de educação, alegando não haver emprego para os adolescentes formados na educação profissional básica, argumento este baseado na baixa escolaridade e na competência técnica exigida pelo mercado, dificultando a adequação do currículo da educação profissional básica ao mercado de trabalho, nesta perspectiva, indicando a inviabilidade do adolescente em se empregar.

A população, que via de regra procura este nível de educação, era ou é o adolescente filho(a) do trabalhador assalariado, e de maneira mais particularizada os adolescentes das classes populares. Ter uma profissão para estes adolescentes parece ser mais do que um ritual ou uma certificação, é ser compreendido e diferenciado pelo domínio de um código que se apresenta pouco trivial a seus pares não profissionalizados, é a possibilidade de mudança de vida através do trabalho, mesmo que esta mudança só altere a sua posição social dentro do próprio grupo a que pertence. O caso do Centro Profissional Dom Bosco (CPDB), foco do nosso estudo através dos seus egressos, tem como proposta a profissionalização de adolescentes das classes populares, com o intuito precípuo de admitir nos seus cursos somente adolescentes das escolas públicas, moradores da periferia, e de famílias de baixa renda, ou seja, com baixo poder aquisitivo.

Por conseguinte, fazer uma incursão por aspectos como conceito de qualificação, mercado de trabalho e a relação do homem com o trabalho, pode ampliar o entendimento das exigências que o mercado manifesta em relação à qualificação profissional baseada na exploração do trabalho.

¹ Educação Profissional Básica definida na LDB 9394/96

Entretanto, entender as grandes tendências dos mercados e as reflexões feitas a partir da mudança dos padrões tecnológicos industriais, poderá iluminar uma reflexão sobre o movimento das agências de formação profissional voltadas exclusivamente a suprir necessidades de postos de trabalho, tendo como foco o profissional que o mercado deseja, mais não necessariamente o adolescente que a escola pode ou deva profissionalizar.

Os fenômenos da globalização da economia regulada pelo mercado nos impõem desafios a serem enfrentados no que tange aos conceitos de formação profissional e às transformações que vem sendo operadas no setor produtivo e de serviços, desta forma observamos que:

Para o contexto mundial “qualquer comparação internacional coloca o Brasil em desvantagem, desde a escola elementar até o ensino superior, mesmo em relação à países de níveis de renda per capita semelhantes ao nosso” (MCT-PACTI-1995).

Os órgãos governamentais reconhecem a desvantagem do Brasil na ação realizada por suas instituições escolares no contexto mundial, tomando pelo discurso a educação como a principal provedora da falta de desenvolvimento e desigualdade social. Neste particular, o desenvolvimento sustentado está sendo deslocado do seu papel central na constituição de uma sociedade igualitária para a efetivação do desenvolvimento social e econômico do país, e passa a ser o fator que preconiza a necessidade de abrir caminho para a implantação de modelos produtivos, muitas vezes incompatíveis com a própria concepção de educação posta até então.

Conquanto, devemos considerar a velocidade com que estas mudanças de exploração do trabalho estão sendo afirmadas, uma vez que as sociedades capitalistas²

²Harvey, David, em seu livro “A Condição Pós Moderna” de 1998 na sua 7ª edição, nas páginas 117 e 118, ressalta as duas amplas áreas de dificuldades num sistema econômico capitalista, que têm de ser negociadas com sucesso para que esse sistema permaneça viável. A primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços, e a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente

estão desenvolvendo modelos de racionalização do trabalho e da vida social para equilibrar temporariamente as contradições que o capital está sujeito. A acumulação flexível³ se tornou o novo instrumento de exploração sistêmica, em confronto direto com a rigidez do fordismo no caso brasileiro. A acumulação flexível promove assim rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tendo como foco principal às regiões: recém industrializadas ou de pouca tradição industrial, com desemprego acentuado e com retrocesso do poder sindical, um dos pilares políticos do fordismo.

Nesse sentido o sistema produtivo passa por uma reestruturação, onde os empregadores passam a impor regimes de contrato de trabalho mais flexíveis, o que significa, intensificar o trabalho e reduzir significativamente os direitos e as proteções previdenciárias, legitimados pelas ameaças de acirramento da competição e estreitamento das margens de lucro.

Neste contexto, o novo paradigma da organização industrial baseado na acumulação flexível como alternativa ao modelo fordista periférico⁴ deve ser visto com cautela, uma vez que podemos observar a permanência do taylorismo, principalmente em indústrias onde a mão-de-obra feminina é predominante. Não se trata de uma simples substituição de modelos e sim de um processo utilitarista, pois nenhum dos paradigmas

controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas.

³ Harvey, David, em seu livro “A Condição Pós Moderna” de 1998 na sua 7ª edição, na página 140, comenta que a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas... Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho...

⁴ Harvey, David, em seu livro “A Condição Pós Moderna” de 1998 na sua 7ª edição, na página 146, cita Lipietz (1986)... a forma organizacional e a técnica gerencial apropriadas a produção em massa padronizada em grandes volumes nem sempre eram convertidas com facilidade para o sistema de produção flexível – com ênfase na solução de problemas, nas respostas rápidas e, com frequência, altamente especializadas, e na adaptabilidade de habilidades para propósitos especiais. Onde a produção podia ser padronizada, mostrou-se difícil parar o seu movimento de aproveitar-se da força de trabalho mal remunerada do Terceiro Mundo, criando ali o que Lipietz chama de “Fordismo Periférico”.

acima mencionados será totalmente abandonado, enquanto forem capazes de concentrar capital.

O modelo Taylorista-Fordista caracterizado por Franco 1999 está intimamente ligado a uma ação mecanicista de atos repetitivos e a gradativa diminuição da autonomia profissional, o que contraria a orientação para o sistema de produção flexível baseado na autonomia e nas soluções de problemas.

Segundo Franco “O sistema Taylorista-Fordista se caracteriza em Taylor: pelo desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho adaptado ao capital para melhor controlar o trabalho alienado, passando o controle do processo para as mãos da gerência promovendo assim a separação da concepção e execução do trabalho, tornando a gerência científica uma das matrizes da empresa moderna. Enquanto Ford incorpora novos elementos a produção, elaborando uma linha de montagem com o trabalhador em uma posição fixa para ganhar na produtividade, institui o dia de oito horas e uma visão de produção em massa, que segundo Ford significava consumo em massa (Franco, 1999).

O sistema de produção baseado na acumulação flexível, requer do trabalhador tudo o que lhe foi subtraído ao longo de um processo de exploração capitalista com a divisão do trabalho entre manual e intelectual. As novas tecnologias exigiram uma reorientação do conhecimento específico ao conhecimento global, elevando as exigências da formação acadêmica, contudo, a qualificação profissional continua apoiada nos “saberes profissionais”, mas agora, a lógica é saber avaliar situações imprevistas em uma cadeia de causa e efeito, habilidades básicas, específicas e de gestão tornam-se diferenciais dentro da pouca oferta de postos de trabalho e o grande exército de reserva de potencial produtivo.

Com isso, podemos inferir que a profissionalização de ofício não cumpre mais com o seu papel de formador de competências tácitas? Necessitamos de uma profissionalização de processo? E qual dos níveis de educação se responsabilizará por

esta formação? Certamente a divisão do trabalho poderá causar nova contradição na simples elevação do trabalho manual para uma formação profissional acima do básico, colocando os estudantes dos níveis técnicos em uma condição elementar de simples execução, com reflexos de compressão e achatamento nas atividades dos profissionais de níveis superiores.

Por outro lado, as discussões feitas por diferentes áreas do conhecimento sobre as ligações entre tecnologias e qualificação revelam relações causais entre a racionalização do trabalho, as inovações tecnológicas e a mudança de postura das agências de formação no que concerne o ensino profissional diante do paradigma tecnológico.

Em consequência, estabelece-se supostamente novas demandas de caráter cognitivo e comportamental na formação profissional, sob a égide das inovações tecnológicas, que traz em seu bojo “a desconsideração da qualificação profissional como relação social e a forte pressão sobre o sistema educacional para que desenvolva a denominada “educação básica de qualidade”, e mais recentemente a chamada “educação profissional” (Ferretti, 1997). Estas novas demandas encontram o apoio na ciência e na tecnologia para mascarar a verdadeira face das mudanças, uma vez que em virtude das crises capitalistas, cria-se a necessidade de um novo modelo de produção que dê conta de manter o domínio das elites sobre o capital produtivo e financeiro. O conhecimento científico tem um papel fundamental na produção da racionalização do trabalho, tornando-se um dos principais instrumentos de dominação da força de trabalho, para concentrar e centralizar capital. Estes conhecimentos científicos transformam-se em tecnologias que somente os países tidos como centrais desenvolvem e se apropriam, criando a marginalidade tecnológica, que impõe limites na socialização dos conhecimentos e saberes científicos.

Segundo Neves (1994) dentro desta perspectiva, não basta concluir que a nova base tecnológica demanda mais educação geral, desenvolvimento de capacidades abstratas, se o capital se constituir no sujeito definidor dessas capacidades abstratas, teremos então, uma perspectiva de multi-habilitações, de uma formação polivalente; continuará, todavia uma formação seletiva, fragmentária, pragmatista e produtivista.

Considera-se que a globalização da economia pressiona o mercado para que tenha um desempenho na produtividade e na competitividade impulsionado pelas possibilidades das inovações tecnológicas e do sistema de produção flexível, tendo como foco o trabalho coletivo na base tecnológica ou fora dela. Assim, a capacitação tecnológica depende cada vez mais da participação dos trabalhadores nas decisões de caráter técnico que afetam o dia a dia da produção. Ressaltando o espírito de cooperação e maior integração entre os níveis hierárquicos, para que sejam capazes de gerar inovações e não simplesmente adotá-las. Todavia, pergunta-se: será que há como estabelecer parâmetros iguais, para a grande massa trabalhadora, que se diferencia já na sua origem de uma elite melhor escolarizada?

A qualificação do trabalhador é uma variável instável e dinâmica, que se modifica na sua relação com os objetos e com o coletivo em uma troca de saberes tácitos e socialmente constituídos, portanto, não se trata de qualificar o trabalhador para a polivalência ou para desenvolvê-lo na rápida assimilação tecnológica, o que só levaria a reprodução da organização do trabalho já existente. A tarefa essencial da qualificação é oferecer instrumentos que possibilitem ao trabalhador realizar e desenvolver com autonomia suas competências através do trabalho; é a possibilidade de conhecer, de apropriar-se dos saberes e de transformar a organização da produção, valendo-se dos conhecimentos técnicos e científicos. Logo, não podemos pensar a qualificação como um fator independente da divisão social do trabalho e da luta de classes.

Neves citado por Frigoto⁵ observa que a tecnologia não é uma variável independente e sim produto das relações sociais, logo a mercê de regimes políticos, tradições culturais, capacidade de organização e luta dos trabalhadores, promove assim um impacto diferenciado. Há de se considerar que o campo de luta na organização do trabalho e nos níveis de qualificação ocorre na relação de força entre empregados e patrões e não em exigências técnicas objetivas.

Com esta perspectiva cria-se uma contradição neste paradigma tecnológico “ao mesmo tempo promotores do trabalho humano em nível mais desenvolvido e fragilizadores deste sob dois aspectos distintos: o controle dos postos de serviço e a constante ameaça de exclusão” (Ferretti, 1997). Nas experiências mais recentes, em quase todos os países que estão passando por reestruturações econômicas, está surgindo um novo problema “o desemprego tecnológico” que transfere a discussão da nova situação de emprego, a noção de “empregabilidade”, entendida aqui como a capacidade de se manter no emprego, a qual exige uma multiquificação, um individualismo latente e uma constante qualificação, que está subjacente a uma seleção permanente.

Sabemos não haver um modelo único que satisfaça a resolução dos problemas gerados pelas mudanças no que concerne à requalificação da mão de obra. Nem mesmo em países como Japão e Alemanha, mas apesar das diversidades apresentadas entre eles, podemos encontrar pontos convergentes como a:

“Universalização da educação básica, forte envolvimento empresarial com a qualificação, mudanças técnicas e organizacionais negociadas com representantes de trabalhadores, abertura do leque de oportunidades públicas de qualificação profissional e retreinamento” (MCT-PACTI, 1995).

⁵ FRIGOTO, Gaudêncio. As mudanças tecnológicas e educação da classe trabalhadora: politécnica, polivalência ou qualificação profissional (síntese do simpósio). In Coletânea CBE Trabalho e Educação, 2^a ed. Campinas – SP, Papirus, 1994, p.49.

Comparações da realidade brasileira com países centrais mostram uma capacidade social e histórica destes países em soluções negociadas entre as forças do capital e a resistência da luta de classes, tendo como cenário o desenvolvimento social, tecnológico e econômico estruturados. Cabe salientar que este capital oriundo dos países centrais transfere através do sistema produtivo a exploração do trabalho sem alto valor agregado para países em desenvolvimento, criando a subordinação tecnológica gerada pela transferência de tecnologias superadas ou atreladas a soluções das matrizes.

Para o empresariado surge um novo modelo, o chamado “modelo de competências” contrapondo-se ao modelo de qualificação profissional, uma vez que enfatiza mais a solução de problemas imprevistos na situação de trabalho do que os saberes técnicos. Segundo Zarifian (1992), as competências ditas sociais (autonomia, comunicação, gestão) são referentes ao comportamento do indivíduo, mas que na aplicação prática é o cargo que tem necessidade da competência, determinando assim a competência adquirida pelo indivíduo.

Novas demandas surgem na formação profissional como dar respostas rápidas a situações de trabalho, atinente ao mercado internacional e as inovações tecnológicas. As informações precisas e atualizadas se constituem em mercadoria valorizada, bem como o acesso à informação e o seu controle, aliados a forte capacidade de análise. Para o mundo empresarial o desenvolvimento das competências se divide em curto e longo prazo, sendo que as competências de curto prazo estão voltadas para os trabalhadores da ativa, onde a empresa associa o setor produtivo ao de recursos humanos a fim de realizar o treinamento específico. Já o desenvolvimento de competências em longo prazo, está voltado a mão de obra futura e pode acontecer através da formação profissional via agências formadoras ou subvencionadas pelo empresário, ou ainda através de sistemas educacionais regulares.

No caso brasileiro são postas outras questões, visto que historicamente a maioria dos empresários, infelizmente, desenvolveu uma tendência de baixar custos através da diminuição do quadro funcional. Considerando o trabalho uma ação mecânica de baixa intervenção do operário, sendo reduzido a tarefas sistemáticas e mecânicas de baixo custo, desconsiderando a gestão intrínseca nas tarefas simples do operariado e o trabalho como relação social de cooperação e inovação, que não promove ônus, mas se constitui com solidez na busca do conhecimento específico, para soluções criativas dentro de determinado campo profissional.

Logo, a mudança de postura do empresário deve considerar não só o tempo produtivo, mas também o tempo improdutivo, “concepção capitalista” como relação social de escolhas e possibilidades de interferência no processo crítico laborativo exigidos pelas inovações tecnológicas, ratificando assim o papel da qualificação profissional em alguns dos segmentos das áreas industriais de transformação e serviços. Segundo Schmitz (1993) os países centrais tendem a um modelo de relação social no trabalho de cooperação, desenvolvendo uma dinâmica baseada na qualidade dos produtos.

Enfatizando que enquanto o objetivo das empresas dos países em desenvolvimento for baixar custos a qualquer preço, lucro máximo em curto prazo, tornar-se-á perene a desvalorização da relação social entre capital e trabalho com reflexo direto nas relações de trabalho e formação profissional. Esta tendência dos países em desenvolvimento parece dificultar qualquer ação voltada para as tentativas de formar profissionais que enfrentem os paradigmas tecnológicos, como cidadãos no sentido pleno.

Concomitantemente a estes desafios são postos questionamentos específicos: Como devemos estruturar a formação profissional para enfrentar às novas exigências do mercado? A quem deve ser dirigida? Em quais elementos a formação profissional se fundamentará se a formação geral é precária?

A Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), em 1994 apontou duas tendências que vêm se configurando na América Latina em termos de organização das atividades de capacitação: 1) Setorização das ofertas; 2) Desenvolvimento de instituições polivalentes. (Ferretti, 1997).

No caso da setorização das ofertas, as empresas definem um grupo específico de trabalhadores, para um treinamento dirigido a uma técnica específica, enquanto que no desenvolvimento de instituições polivalentes, as agências de treinamento buscam atender os setores menos afetados pelas mudanças (micro empresários, autônomos, etc.) e oferecer respostas às inovações tecnológicas para as grandes empresas. Estas atividades de capacitação estão regulamentadas na legislação, sendo que trataremos de modo particular a assim denominada educação profissional.

1.1. Educação Profissional Básica

A educação profissional básica é tratada neste estudo como forma de qualificação de mão de obra futura que precede o ensino de nível médio e técnico, considerando seu atendimento no âmbito do adolescente (faixa etária de 14 a 18 anos). Uma vez que a requalificação ou reprofissionalização estão subentendidas como capacitação profissional dos trabalhadores empregados, desempregados ou pouco escolarizados em níveis de educação fundamental e técnica, grupo este que faz parte de uma realidade que sugere estratégias e metodologias específicas de educação profissional e que este estudo não contemplou.

A educação profissional básica é definida na LDB (Lei de diretrizes e bases) 9.394/96 como sendo de caráter não formal, com preocupação na qualificação, requalificação e pouco se versa sobre ela na atual legislação, que tem como foco principal o ensino médio e técnico. No entanto, faz-se necessário iluminar com uma visão mais pragmática as práticas educativas deste nível de educação profissional e trazer alguns elementos diferenciados que permeiam a idéia de educação profissional básica e sua importância dentro do atual cenário de desenvolvimento social das populações que

residem basicamente em áreas de transição dos grandes centros metropolitanos, neste caso em particular na região de Campinas, interior do estado de São Paulo.

O MEC (Ministério da Educação e Cultura) apresentou em março de 1996 a sua proposta de reforma do ensino profissional, que originou na Câmara dos Deputados o projeto de lei 1.603/96, contudo, com a aprovação da nova LDB, este projeto foi retirado pelo governo e substituído pelo Decreto 2.208 de 17/04/97 que regulamenta o 2º do artigo 36 e os artigos de 39 a 42 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Esta regulamentação prevê em seu artigo primeiro uma série de objetivos da educação profissional nacional, tais como a transição entre escola e o mundo do trabalho, proporcionar a formação de profissionais em nível médio, superior e pós-graduação, promover conhecimentos tecnológicos para os trabalhadores e qualificar, reprofissionalizar e atualizar profissionalmente jovens e adultos independente da escolaridade.

O artigo terceiro trata dos níveis da educação profissional: I – básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III – tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico. Devemos observar que a abertura oferecida pela lei quanto à escolaridade na educação profissional básica, traça um dilema entre o que se entende por qualificação profissional e o discurso propalado de condicionar a qualidade da educação profissional ao aumento da escolaridade formal, por conseqüência a independência da escolarização pode novamente validar a divisão social do trabalho.

O artigo 4º do decreto n.º 2.208/97 regulamenta a educação profissional básica e a define como modalidade de educação não formal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos demandados no mercado de trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, contudo, a organização curricular deste nível de ensino não está sujeita a regulamentação. A questão que se coloca é: este artigo quarto colocado sobre a perspectiva de capacitação profissional de trabalhadores da ativa ou desempregados, pode ser considerado um mecanismo de validar as competências tácitas dos trabalhadores, adquiridas ao longo de sua vida profissional e a tentativa de recondução dos mesmos aos bancos escolares?

Por outro lado, o que percebemos são as empresas buscando a certificação de qualidade assegurada, onde a competência exigida dos operários é saber interpretar e executar os procedimentos prescritos pela normalização. O movimento da empresa é na direção de contratar pessoal melhor escolarizado ou de escolarizar minimamente os operários ligados aos processos de execução de tarefas na operação das máquinas, entendidos neste contexto como o operário que efetivamente está executando o trabalho na máquina. De maneira geral, esta escolarização se dá de forma diversa em tele salas com monitoria, com instrutores de agências de treinamento ou até de forma mais informal através de um funcionário melhor escolarizado de maneira a se estabelecer um sistema supletivo de certificação dos operários-alunos.

O fato da educação profissional básica independer da escolaridade, pode no âmbito industrial ligado as novas tecnologias, se apresentar no mínimo contraditório a medida que é na educação fundamental que são buscados elementos de entendimento do fenômeno no seu contexto político, econômico, social e conceitual. O conceitual entendido como o lócus onde as novas tecnologias são fundamentadas, nos elementos de geometria espacial, lógica, métodos numéricos e abstração, conhecer minimamente estes elementos é condição primeira para que o conhecimento técnico se torne saber técnico.

A educação profissional básica não dá conta desta dissimilitude, pois está voltada para o desenvolvimento de técnicas, que privilegiam fundamentalmente o “saber fazer” através do desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e domínio da linguagem técnica específica da área de aprendizagem. Este “saber fazer” tem implicações diretas no desenvolvimento das capacidades solicitadas pelos aspectos específicos da disciplina, as exigências em setores mais desenvolvidos tecnicamente requerem um nível de abstração acima do que podemos chamar de elementar, saberes perfeitamente apreendidos dentro do “saber fazer”. De fato o desenvolvimento real de aprendizagem tem seu significado no fazer sozinho, que pode se constituir no primeiro passo para entender o fenômeno técnico e o das relações de integração na estrutura produtiva.

Enquanto a educação profissional básica for concebida em um modelo tecnicista de emergência, os avanços serão pífios na efetivação da prática pedagógica das agências responsáveis por este nível de educação. A retórica governamental irá desviar as atenções para as competências e a melhoria da qualidade do ensino, ao mesmo tempo que se retira gradualmente deste compromisso social, e legisla de maneira a deixar os espaços legais de continuidade do modelo fragmentado, de adiamento na qualificação profissional do adolescente.

A educação profissional pressupõe uma ocupação no mercado de trabalho, portanto, deve ser contemplada a partir das necessidades que este mercado apresenta, sendo mais um elemento a ser considerado no planejamento educacional. Por isso mesmo, parece não haver sentido em ministrar educação profissional, por exemplo, a título de apenas “ajudar os pobres ou retirar os menores da rua”. Em suma, a educação profissional pode ser utilizada como estratégia contencionista e assistencialista, caso estes programas sejam criteriosamente desenvolvidos para atender as necessidades da população marginalizada em sua especificidade.

Nesta perspectiva se possibilita as etapas de desenvolvimento de cada um, segundo as suas características pessoais e potencialidades, a fim de não criar tensões e frustrações nos jovens.

Entretanto, devemos ter claro que o assistencialismo não se dá somente de forma paternalista, o que poderia realmente criar situações de acomodação e frustração entre seus beneficiários, mas uma leitura detalhada da condição socioeconômica da nossa realidade aponta para a necessidade de políticas públicas de assistência dirigidas à adolescentes, jovens, adultos e crianças a fim de criar as condições necessárias para o desenvolvimento social, cultural e econômico desta população.

Permanece, todavia, vasto campo a ser coberto pela qualificação e requalificação profissional, especialmente para trabalhadores precariamente escolarizados. Para esses, é preciso encontrar a forma de conciliação sistemática entre qualificações tácitas, denominadas a partir da experiência prática, com o aprendizado de conteúdos abstratos, cada vez mais demandados para o trabalho. Enfocando a qualidade desta qualificação, que deverá ser promotora da integração dos indivíduos na estrutura social, pois a precariedade no trabalho surge de maneira mais intensa nas relações de emprego e capital.

Não se trata de substituir a educação básica pela formação profissional, mas de abrir alternativas a quase dois terços da força de trabalho do país, a maioria na plenitude da vida ativa (25-40 anos de idade), que não possuem mais que quatro anos de escolaridade. O adulto, além de apresentar características de aprendizado distintas das crianças e jovens, o adulto que busca qualificação ou requalificação tem urgência; não dispõe de tempo para ficar longos meses em bancos escolares. O que naturalmente, impõe o desenvolvimento de metodologias de formação adequadas para adultos e, em especial, à requalificação ou reconversão de trabalhadores desempregados ou deslocados por mudanças tecnológicas.

1.1.1. Características do sistema de seleção

Na divisão social do trabalho entre manual e intelectual, coube via de regra às camadas empobrecidas o trabalho mais tosco e aviltado, e novamente a história mostra em sua nova edição da lei a reprodução de um fazer histórico para a educação profissional. Partindo do princípio legal que a educação profissional básica deva independe de uma escolarização prévia segundo a LDB, perguntamos qual o critério deve ser estabelecido para que o candidato a vaga nas diversas agências de treinamento seja admitido?

Não podendo ter como critério a escolaridade, as diversas agências de treinamento, lançarão mão de outros mecanismos para garantir a profissionalização dos jovens (testes para ingresso), que provavelmente considerará o número de vagas oferecidas como insuficientes pela demanda apresentada, e o pré-requisito do ensino fundamental como base para a profissionalização competente.

Diante da problemática apresentada, podemos inferir que os alunos melhor escolarizados serão aprovados nos testes e passarão a ter o seu direito assegurado para a profissionalização. Para o aluno menos escolarizado, o que a primeira vista parece ser uma atenuante, é a fonte da seletividade imposta pelas nuances da divisão de classes, pois a independência da escolarização traz o benefício ao melhor escolarizado, desqualifica a escola como sendo a facilitadora dos processos internos de aprendizagem e do conhecimento historicamente construído, transferindo para a educação profissional básica a competência de desenvolver as habilidades básicas que se configura como uma das funções sociais da escola.

1.1.2. Emprego, trabalho e educação profissional

Por último, porém com certeza mais importante, cabe articular toda a estratégia de educação-formação em uma política de trabalho e renda. O resgate da qualificação expresso no crescente interesse e investimento das empresas na preparação de seus empregados, suscita, de imediato, a dúvida quanto aos excluídos: os que sobrevivem na informalidade, os que “sobram” da modernização ou sequer lograram se inserir no mercado. (Brasília, 1995, mimeo)

A globalização dos mercados e a reestruturação produtiva não autorizam expectativa de grande expansão do emprego formal, notadamente na indústria, que foi o carro-chefe do mercado de trabalho até o início dos anos 80, pode até haver algum crescimento, mas de todo modo, os empregos que vierem a ser criados dificilmente absorverão pessoal sem qualificação. A partir da abertura de mercado, se intensificou a reestruturação produtiva nos grandes conglomerados industriais no Brasil, trazendo para nosso sistema produtivo novos conceitos de competitividade e produtividade baseados nos sistemas informatizados de fabricação integrada.

Ademais, a experiência internacional, e mesmo exemplos mais próximos (como o acordo das montadoras), registram a importância para os trabalhadores do saber técnico sobre o processo de trabalho e da visão global da empresa, como base para contratação e relações de trabalho. Nesta perspectiva, a educação profissional se define como componente essencial na relação capital-trabalho, portanto, coloca-se assim, no bojo do processo de democratização da sociedade, como elemento indispensável para o próprio resgate da cidadania.

Nesse sentido é de fundamental importância a discussão de algumas questões como: o conceito de qualificação e requalificação, segmentação do mercado de trabalho e qualificação, treinamento e formação profissional. O conceito de qualificação estaria relacionado com os conhecimentos adquiridos para a realização do trabalho, bem

como o tempo de aprendizagem necessário ao desempenho do trabalho, conforme Leite & Posthuma (1996); “embora se trate de uma concepção limitada, por deixar de lado uma série de questões é importante levá-la em consideração, porque este é o principal instrumento de avaliação exigidos pelos representantes das empresas”, isto segundo Castro citado por Leite⁶ (Leite & Posthuma, 1996).

A qualificação que é definida pela empresa nem sempre coincide com os conhecimentos efetivamente mobilizados pelos postos de trabalho ou com os conhecimentos adquiridos pela escolaridade. Isso significa que nem sempre as exigências da qualificação estão formalizadas nas políticas de admissão, classificação e promoção das empresas. A formação profissional para o empresariado se fundamenta no impacto que esta formação causará no processo produtivo: qualidade, produtividade e geração de riqueza. Por outro lado, o empregado vê a formação profissional como possibilidade de integração no mercado, aumento do poder de negociação e de permanência no emprego.

Nota-se um reducionismo na análise que as empresas fazem do significado da qualificação que apenas contempla a escolaridade e o tempo de treinamento, sem levar em conta a aquisição socialmente construída pelo indivíduo, deixando de lado as representações sociais presentes no mercado de trabalho, correndo o risco de excluir certos grupos de trabalhadores. Entretanto, esta prática ocorre nas empresas que reservam os trabalhos mais qualificados a grupos socialmente mais valorizados e estes próprios grupos favorecidos, buscam manter o diferencial de qualificação restringindo o acesso de outros grupos às posições por eles conquistadas (apud Castro). Cria-se assim um sistema perverso de disputa social em torno da qualificação, ratificando as diferenças entre as classes trabalhadoras .

⁶ LEITE, Márcia P. e POSTHUMA, Anne C. “Reestruturação Produtiva e Qualificação, reflexões sobre a experiência brasileira” São Paulo em Perspectiva, 1996, p.63 a 75.

“No entanto o redimensionamento da problemática da organização do trabalho a partir da reestruturação produtiva da economia mundial, coloca em cena não só discussões teóricas, mas também um grande esforço de interpretação da realidade, depois de anos de estudos vai se chegando a algumas unanimidades, onde a economia mundial está exigindo que a indústria deve basear suas forças na valorização e na qualificação da força de trabalho, privilegiando cada vez mais a escolarização, o raciocínio, a intuição, a autonomia, a iniciativa, o ensino básico e a cooperação para o trabalho de equipe e não mais no uso intenso de mão-de-obra barata a semiqualficada” (Leite & Posthuma, 1996).

No contexto deste estudo pode-se constatar as dificuldades em se realizar a melhoria da qualificação da mão-de-obra no país. A educação, além de ser uma condição para a realização das pessoas, tornou-se uma condição de inclusão. Sem educação básica, as pessoas serão cada vez mais postas de lado. Será difícil até mesmo pensar que o capitalismo moderno vá se interessar em explorá-las.

1.2. O Papel das instituições de formação profissional no Brasil

“Trabalho e educação, assumimos o trabalho como princípio educativo e a centralidade do trabalho como constituinte da condição humana” (Arroyo, 1999).

Refletir sobre o trabalho como princípio educativo é desvelar quais relações sociais estão intrínsecas ao processo de humanização em suas formas culturais, políticas, sociais, no processo de produção do conhecimento e na integração do indivíduo

no tecido social. Superando, por princípio, projetos externos à formação como o ensinar prescritivo, que surge de fora para dentro com receituários de competências.

Segundo o documento do Ministério do Trabalho (MCT-PACTI, 1995), é necessário rever qual é o papel das instituições de formação profissional, e procurar novas metas e objetivos diante do novo contexto da produção industrial, já que a educação tecnológica pressupõe um ensino básico de melhor qualidade, vinculado ao instrumental necessário para atender o aprendizado das novas tecnologias. Arroyo⁷ (1999) não nega a importância de se pesquisar a organização do trabalho, as novas tecnologias, os tempos e espaços, as grades curriculares, mais alerta:

“entretanto, o central em nossas pesquisas terão que ser os sujeitos que interferem nessa relação educativa. A teoria pedagógica e a relação trabalho-educação se empobrecem quando o foco deixa de ser as pessoas, as relações sociais e passam a privilegiar as técnicas, as tecnologias, os métodos, os conteúdos inculcados” (Arroyo, 1999).

No entanto, do ponto de vista estratégico é intenção do Ministério do Trabalho, manter as atividades tradicionais que ainda tenham uma demanda, mas procurar incorporar novas atividades, que se sabe estão por vir, procurando assim, formular uma nova proposta de organização do sistema de formação profissional. Quanto aos programas regulares de qualificação profissional, a tendência apresentada pelo governo é de reestruturação desses programas, acompanhados de um processo de reformulação de currículos e metodologias de ensino, com a implantação de novas experiências pedagógicas. Além da extinção de cursos já superados, abrindo outros novos já com demanda e criando um leque de novas opções para o futuro.

⁷ Arroyo, Miguel G. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica p.138 – 165, In Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século. 3ª ed. Petrópolis RJ – Vozes, 1999, (Coleção estudos culturais em educação).

Kuenzer (1997) afirma que “a atual proposta de ensino profissional é tão anacrônica e confusa que não serve sequer ao capital, que tem mais clareza do que o próprio MEC sobre as demandas de formação de um trabalhador de novo tipo, numa perspectiva menos retrograda de superação do taylorismo”.

Outra das metas pretendidas é a otimização dos recursos financeiros e de capacidade instalada disponíveis, com a melhoria dos recursos humanos existentes (programa de capacitação e atualização) e a flexibilização da gestão. É neste contexto que se propõe novas formas de articulação com os sistemas públicos de ensino, de modo a garantir que seus egressos tenham uma base de educação geral adequada ao processo de qualificação profissional.

Segundo Saviani (1998) “esta aparente incompetência na formulação da atual proposta de ensino profissional, oculta as suas verdadeiras intenções, esta lógica nos levará a: a) redução de custos, através de cursos de curta duração e supostamente demandados pelo mercado; b) descompromisso do Estado com o financiamento da educação pública para além do ensino fundamental; c) racionalização dos recursos existentes nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas Federais (EFETs), consideradas escolas muito caras de preparação para o ensino superior; d) repasse de recursos públicos para empresas privadas para que assumam, em lugar do Estado a educação dos trabalhadores; e) fomento à iniciativa privada propriamente dita”.

A relação trabalho-educação tem como princípio ser personalizada, reconhecendo a centralidade do humano, todavia, o destino das instituições de ensino técnico sobre a tutela do estado passa por uma transformação significativa como aponta Saviani (1998), tendo como norte à retirada gradativa do estado sobre este nível de educação, confirmado pelo INEP 2000, Censo da Educação Profissional 1999.

Tabela 1: Total de instituições por nível de educação profissional, segundo dependência administrativa.

Dependência Administrativa	Total	Número de Instituições por Nível de Educação Profissional		
		Básico	Técnico	Tecnológico
Total (Brasil)	3.948 (100%)	2.034	2.216	258
Federal	150 (3,80%)	103	120	30
Estadual	800 (20,26%)	187	689	24
Municipal	342 (8,66%)	199	152	6
Privada –Total	2.656 (67,28%)	1.545	1.255	198
Sistema S	409	388	172	5

Fonte: INEP, 2000.

O primeiro censo da educação profissional realizado em 1999 revela a predominância do setor privado na educação profissional do país nos três níveis da educação profissional: básico, técnico e tecnológico (tabela 1). Das 3.948 instituições que operam no setor, 2.656 (67,28%) instituições são de caráter privado, já incluso as instituições do sistema S (Senai/Sesi, Senac/Sesc, Senar, Senat/Sest, Sebrae). Segundo dados da mesma fonte, dos 33.006 cursos profissionais oferecidos, a educação profissional básica responde por 27.555 (82%) dos cursos, dos quais 24.189 (88%) estão sob domínio da iniciativa privada.

A inexistência de uma proposta curricular específica mínima, fragiliza este nível de formação na sua ação pedagógica e técnica, pois os programas via de regra são elaborados para atender pontualmente uma demanda específica, indicação esta explicitada neste relatório, pois apenas 644.089 (31,49%) das matrículas são destinadas a jovens menores de 20 anos (futuros profissionais), ficando 68,51% destinado a

requalificação que atende a população acima de 20 anos a qual demanda um tempo relativamente curto de capacitação profissional. Vale um alerta para os programas criados no sistema de módulos, que só faz aumentar as estatísticas positivas em favor da educação profissional fragmentada, comprovada através de programas como o Programa de Iniciação Profissional do Menor (PIPM) implementado pelo Senai que certifica cursos com duração de 100 horas, geralmente para instituições de caráter filantrópico.

O fato do relatório não ter em seu escopo a quantificação da duração dos cursos de educação profissional básica, será que não deveríamos questionar a qualidade dos dados que ora o censo apresenta? Como estas instituições estão conduzindo sua ação pedagógica? Estão conduzindo o trabalho como um ato educativo ou para o simples adestramento? Além disso, outras respostas precisariam ser dadas no que concerne a formação destes professores, a infra-estrutura institucional instalada, projeto político-pedagógico, entre outros.

A base de sustentação da educação profissional básica é a iniciativa privada, com o sistema S ocupando uma situação estratégica importante na profissionalização de mão de obra futura. No entanto, a gradativa retirada principalmente do Senai, deste nível de educação e a cobrança por seus cursos que antes eram gratuitos, vão apontando para a retração da indústria em absorver esta mão de obra treinada, sob a égide da instrução programada que se mostra pouca flexível para os propósitos capitalistas. Curiosamente nos últimos anos, a educação profissional básica tem sido assumida por ONGs. Com o aumento da pobreza, estas instituições denominadas filantrópicas se apropriam da profissionalização para propor uma solução através do trabalho, principalmente a jovens em eminente situação de risco social⁸.

Estes jovens constituem em todas as sociedades um dos grupos mais expostos aos graves problemas do mundo atual: incertezas da economia, desemprego, fome,

⁸ Caliman, Geraldo, em seu livro "Desafios, riscos, desvios" de 1998 na sua 1ª edição, na pág 124, Identifica um comportamento como de risco social depois de verificar empiricamente a probabilidade de risco embutida na ação analisada.

deterioração do meio ambiente, toxicomania, delinqüência, violência, analfabetismo, evasão escolar, etc. Espera-se, sobretudo que a juventude seja capaz de produzir mudanças desejáveis, acelerar o processo de desenvolvimento político, social e econômico e resolver problemas que as gerações anteriores não souberam ou quiseram resolver. Mas deve-se repensar a metodologia de execução e os conteúdos próprios dos programas dirigidos aos jovens de hoje, segundo as perspectivas desta população, ou seja, fazer uma leitura da realidade em que esta população se encontra.

Do ponto de vista social, o desenvolvimento econômico do jovem não representa um fim em si mesmo, mas um meio para se alcançar os objetivos de uma sociedade que não é apenas material. E neste sentido, a formação profissional é uma das condições para o desenvolvimento do indivíduo, segundo os valores de liberdade e dignidade do homem, seu direito a viver e trabalhar em melhores condições que antes.

Assim concebida, a formação acadêmica formal constitui um direito fundamental e uma necessidade básica, que deve estar ao alcance de todos os indivíduos, homem e mulher, adulto, jovem e criança. É um processo que dura à vida inteira e não se limita a formação inicial, mas prossegue continuamente colaborando no desenvolvimento de cada um.

Neste contexto, a formação profissional se insere num conjunto global de ações de ordem social, cultural e econômica. Não se pode pensar em ações isoladas, dissociadas da realidade e sem um vínculo com a comunidade, esta modalidade de educação, aliada às demais forças sociais, se empenha na busca de soluções e alternativas que promovam a melhoria das condições de vida das populações em geral.

Mas na prática, é grande a população jovem que abandona a escola formal nos primeiros anos de estudo, e em sua grande maioria, estes são os jovens chamados a

assumir precocemente o trabalho, como sobrevivência e suporte de carências econômicas de suas famílias.

Gomes (1987) observa que no Brasil a população começa a trabalhar mais cedo tangida especialmente pela pobreza, a estratificação social leva os jovens de classes mais baixas a se precipitarem no mercado de trabalho que lhes reservam as piores posições na estrutura ocupacional.

Logo, a carreira profissional para o jovem da classe popular está fortemente atrelada à sua situação socioeconômica, e assim estes jovens são lançados no mercado de trabalho, em detrimento de uma formação escolar e profissional sistematizada, o que teoricamente daria a este jovem melhor chance de colocação profissional.

Acresce, ademais, a estes contingentes aqueles que deixam a escola pela inadequação, pouca criatividade e desestímulo dos programas convencionalmente oferecidos. E mesmo a formação profissional, passa a rejeitar esta clientela potencial que abandona a escola e que formalmente pode-se caracterizar como insuficiente, mas que analisada sob ângulos não estereotipados se apresenta receptiva à propostas educacionais que considerem suas dificuldades específicas. Esta clientela gradativamente vai sendo atendida por entidades públicas e privadas de assistência e de ensino pré-profissional não formal.

Mediante este contexto e as considerações feitas, nosso problema fica bem claro e delimitado pela prática diária, que é coordenar cursos profissionalizantes nível básico para adolescentes de 14 a 18 anos, ou seja, quais são as perspectivas do ensino profissionalizante básico industrial diante do mercado de trabalho?

2. OBJETIVOS

